

Evidenciação contábil de empresas catarinenses

Ieda Margarete Oro*
Vandaelis dos Santos**
Andreia Tenroller***
Mauro Vendruscolo da Rocha****

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar o nível de evidenciação obrigatório e não obrigatório das Sociedades Anônimas de capital fechado de Santa Catarina. A fundamentação teórica baseou-se na evidenciação contábil e nos objetivos da contabilidade para os usuários. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, de levantamento de dados documental, com abordagem quantitativa. O universo corresponde a 301 Sociedades Anônimas de capital fechado. Constatou-se que as empresas pesquisadas realizaram as publicações de forma completa e incompleta; para fins de amostra, foram consideradas 55 que publicaram simultaneamente com as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, Notas explicativas e Parecer de auditoria. A coleta de dados foi realizada com formulários especificamente elaborados para este estudo. Para análise dos dados, optou-se pela análise estatística de quartis. Os resultados revelam que todas as empresas pesquisadas realizaram a publicação das demonstrações obrigatórias previstas pela Lei 6.404/76. Quanto às demonstrações não obrigatórias, essas foram evidenciadas por um grupo pequeno de empresas. Em relação à observância ao Parecer de Orientação 15/87 da CVM, o item mais presente diz respeito à descrição dos negócios, produtos e serviços. Na análise dos quartis, observou-se a predominância do nível ruim e regular superior ao nível bom e ótimo. Palavras-chave: Evidenciação. Informações obrigatórias e não obrigatórias. Demonstrações financeiras. Sociedades Anônimas de capital fechado.

1 INTRODUÇÃO

O estreitamento de fronteiras, fruto do avanço tecnológico, conjugado à dinâmica competitiva dos negócios, em âmbito mundial, desenha o cenário econômico empresarial contemporâneo. O surgimento de novas economias impulsiona a entrada de novos agentes no mercado, obrigando as organizações a se adequarem à nova realidade. Como pano de fundo, apresenta-se um cenário capitalista, onde o mundo corporativo expande sua linha de *stakeholders*. Nesse contexto, as organizações buscam fortalecer o processo de transparência, de modo a minimizar os conflitos de agência e maximizar a confiança do mercado. A contabilidade, como sistema de informação, apresenta-se como importante instrumento de evidenciação.

Giuntini (2002) julga ideal quando o mercado requer alta qualidade de evidenciação e com isso valoriza as empresas que assim procedem. A regulamentação tem de existir, porém deve representar um patamar básico. Por meio da competitividade, as empresas devem ser requeridas a melhorar a sua reputação, apresentando informações contábeis adicionais de forma voluntária.

No Brasil, são várias as fontes que estabelecem padrões contábeis e de divulgação das informações, a legislação contábil e a tributária são as mais notórias, porém existem outras entidades que são importantes

* ieda.oro@unoesc.edu.br

** vandaelis@hotmail.com

*** andreiatenroller@hotmail.com

**** vendruscolo@unoescsmo.edu.br

fontes de desenvolvimento dos padrões contábeis e também auxiliam no desenvolvimento do nível de divulgação. Pode-se citar o Banco Central, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon) (AQUINO; SANTANA, 1992). A partir de 2005, a união de várias entidades (Abрасca, Apimec Nacional, Bovespa, CFC, Ibracon e Fipecafi) originou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em virtude da necessidade de convergência internacional das normas contábeis, centralização das normas e representação na produção dos geradores de informações.

Na década de 1970, a Ciência Contábil deu um grande passo no que se refere à evidenciação contábil; nesse período, foi homologada a Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações (LSA), com o objetivo primordial de ampliar e melhorar a qualidade da divulgação das demonstrações financeiras. Desde então, a legislação contábil sofreu várias alterações, sendo a mais recente e significativa a que ocorreu em 2007. A Lei 11.638/07 alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à antiga Lei das Sociedades por Ações, trazendo importante aproximação entre a legislação e o mundo globalizado. Essa nova Lei é a possibilidade da convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais de contabilidade.

No Brasil, o contexto das companhias fechadas ainda apresenta uma fatia de mercado significativa. A LSA prevê que as Sociedades Anônimas fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas. E, reconhecendo que é imprescindível para os diversos usuários a observância da legislação e das orientações específicas dos órgãos regulamentadores, assim como informações de cunho voluntário, este estudo está fundamentado no problema de pesquisa: Qual o nível de evidenciação contábil de informações obrigatórias e não obrigatórias nas demonstrações financeiras e complementares das Sociedades Anônimas de capital fechado de Santa Catarina referente ao ano de 2007?

Sabe-se que a evidenciação está ligada à divulgação de informações contábeis, dados financeiros e outras informações relevantes e de teor decisório, mas “[...] a quem deve ser divulgada essa informação? Qual a finalidade da informação? E quanta informação deve ser divulgada?” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 511). Os questionamentos dos autores remetem a uma reflexão da importância dos usuários como destinatários das informações. Sabe-se que nos Estados Unidos os acionistas e investidores possuem prioridade na geração das informações, enquanto a Europa está voltada não somente aos acionistas, mas também a outros grupos de interesses, como funcionários, clientes e o próprio Estado.

Mas, e no Brasil? As informações contábeis, financeiras, patrimoniais, econômicas e sociais são divulgadas para quem? Os relatórios publicados pelas empresas brasileiras de capital aberto ou fechado têm usuários específicos? O nível de exigência dos relatórios contábeis não vai além da obrigatoriedade do que se determinam na Lei e nos órgãos regulamentadores? Esta pesquisa parte do pressuposto de que a maioria das companhias fechadas, como não divulga informações para acionistas e investidores, não possui um nível de evidenciação considerado bom.

Em decorrência do questionamento proposto, o objetivo deste artigo é analisar o nível de evidenciação contábil obrigatório e não obrigatório das empresas catarinenses de capital fechado. Percebe-se que a maioria dos estudos empíricos, analisando práticas de evidenciação tem sido concentrados em companhias abertas. Portanto, o estudo torna-se relevante por considerar as companhias fechadas importante parcela de empresas que possuem a obrigatoriedade da publicação de informações contábeis, voltadas a outros grupos de interessados, também chamado de *stakeholders*.

O texto inicia com esta introdução, na sequência, faz uma incursão teórica no significado de evidenciação e dos objetivos da contabilidade, informações contábeis obrigatórias e não obrigatórias. Em seguida, demonstra os procedimentos metodológicos da pesquisa. Depois, apresenta os resultados da pesquisa destacando a publicação das demonstrações financeiras e analisa o nível de evidenciação das informações, tomando como base o Parecer de Orientação da CVM 15/87 por meio da técnica estatística de análise de quartis.

2 EVIDENCIAÇÃO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

De acordo com Iudícibus e Marion (1997), a função da contabilidade permaneceu inalterada ao longo dos anos. Observa-se que as mudanças substanciais ocorreram na variedade de usuários e nas informações

demandadas. Contudo, os autores destacam que o cumprimento da missão da contabilidade se tornou mais difícil de ser atingido, já que cada usuário demanda de um contíguo específico de informações que possam suprir as suas necessidades.

A evidenciação contábil pode ser definida como a divulgação transparente, de qualidade e quantidade suficientes para suprir todas as necessidades dos usuários. Bushman e Smith (2003) destacam também o papel de governança da informação contábil, já que esta serve como um dos instrumentos de monitoramento dos gestores da empresa pelos investidores externos.

Pode-se entender a evidenciação como a exposição resumida e ordenada pela qual os diversos usuários das demonstrações financeiras obtêm conhecimento de uma organização. Nesse sentido, Iudícibus (2004, p. 123) [...] destaca que “[...] o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir as informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.”

De acordo com Aquino e Santana (1992), é atribuição da contabilidade o fornecimento de informações úteis para todos os tipos de usuários, sejam eles internos, sejam externos. Na concepção dos autores, o que varia é a forma de divulgação/disseminação da informação, que deverá ser diferenciada com base nas necessidades de cada usuário.

Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que nos EUA os relatórios anuais e informações complementares são produzidos para investidores e credores, pois as decisões desse grupo são claras e evidentes. Quanto à falta de ênfase em outros usuários, não investidores, é em razão da ausência de conhecimento a respeito de suas decisões. Dessa forma, tem-se como premissa que as informações produzidas e consideradas como úteis para o grupo também serão úteis para outros grupos de interesse.

Os interesses dos usuários das informações contábeis no Brasil são distintos. Segundo Martin (1987), a demanda de informações contábeis dos usuários que se encontram fora da empresa é geralmente bastante diferente da demanda gerada pelos usuários internos da informação.

Ponte et al. (2007, p. 51) destacam que no Brasil se inserem iniciativas pela maior evidenciação de informações econômico-financeiras e por alterações na forma de reconhecimento e mensuração de determinados eventos e transações, privilegiando-se a essência sobre a forma e o fiel cumprimento aos princípios contábeis, estes fazendo parte do próprio arcabouço teórico da contabilidade.

É notório que no Brasil houve um progresso significativo na divulgação de informações pelas companhias abertas nos últimos 30 anos. Os usuários externos e a sociedade como um todo necessitam de informações de origem contábil, financeira e social, entre outras para avaliar o resultado do uso dos recursos patrimoniais gerados e gerenciados pelas empresas. No entanto, percebe-se que o resultado não se aplica às empresas de capital fechado, pois estas possuem um rol de grupo de interesses diferentes das companhias abertas.

2.1 EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA E NÃO OBRIGATÓRIA (VOLUNTÁRIA)

As formas de evidenciação podem ser obrigatórias e não obrigatórias (voluntárias). Uma das regulamentações que orienta a divulgação e publicação de tais informações é regulamentada pela Lei 6.404/76 e atualizada pela Lei 11.638/07.

As evidenciações voluntárias são também chamadas de demonstrações qualitativas e, entre elas, apresentam-se as informações de interesse social e ambiental e outras informações complementares das demonstrações que são publicadas mesmo sem cunho obrigatório. Já, as informações quantitativas são todas as demonstrações mensuráveis em quantidades ou valores.

As evidenciações voluntárias são informações entre parênteses, notas de rodapé, quadros e demonstrativos suplementares; são formas de evidenciação das informações contábeis, formas de complementar as demonstrações contábeis, que devem constar as maiores informações a respeito da empresa (IUDÍCIBUS, 2004).

As formas de evidenciação podem diferenciar as sociedades de capital aberto das sociedades de capital fechado. As sociedades de capital aberto disponibilizam as demonstrações financeiras em meios

eletrônicos e de fácil acesso no sítio da Comissão de Valores Mobiliário e Bolsa de Valores de São Paulo e obedece rigorosamente à publicação, de acordo com os princípios e leis vigentes. As sociedades de capital fechado têm seu capital dividido em ações e não há a obrigatoriedade da publicação em meios eletrônicos, porém a Lei obriga a publicação no Diário Oficial. Mesmo assim, seguem os princípios e a legislação em vigência.

A publicação das demonstrações financeiras passou a ser obrigatória também para as sociedades de grande porte, mesmo que estas não sejam sociedades por ações. São consideradas de grande porte aquelas que possuem ativo total superior a 240 milhões ou receita bruta anual superior a 300 milhões de reais. A Lei 11.638/07 veio com as exigências internacionais e com a necessidade de maior transparência para os acionistas, governo e sociedade em geral, trazendo informações mais sólidas e trouxe, também, a obrigatoriedade de auditoria para as sociedades de grande porte, fazendo com que as demonstrações elaboradas sejam mais confiáveis.

O CFC publicou recentemente a Resolução 1.121/08 a qual aprova a NBC T1 que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis devem atender todos os usuários e não apenas os órgãos fiscalizadores e o governo.

A Lei 6.404/76, quando editada, constituiu uma evolução na área da contabilidade e surgiu como parâmetro de evidência obrigatória para as sociedades anônimas. Nesse ínterim, outras orientações de publicação foram determinadas também pela CVM. Na sequência, apresenta-se uma relação das evidências obrigatórias determinadas.

- a) Relatório da administração (obrigatório pela Lei 6.404/76 art. 133);
- b) Notas explicativas (obrigatória pela Lei 6.404/76 art. 176);
- c) Parecer dos auditores para companhias abertas (amparado pela Lei 6.404/76 art. 177);
- d) Balanço patrimonial (obrigatório pela Lei 6.404/76 art. 178);
- e) Demonstração do resultado do exercício (obrigatório pela Lei 6.404/76 art. 187);
- f) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (obrigatória pela Lei 6.404/76 art. 186);
- g) Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passou a ser obrigatório pela Deliberação da CVM n. 59, de 22/12/1986);
- h) Demonstração das origens e aplicações de recursos (obrigatória pela Lei 6.404/76 art. 176 e exclusão pela Lei 11.638/07);
- i) Demonstração do fluxo de caixa (não obrigatória pela Lei 6.404/76 e exigida pela Lei 11.638/07, exceto para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a 2 milhões de reais);
- j) Demonstração do valor adicionado (não obrigatória pela Lei 6.404/76 e exigida pela Lei 11.638/07 para as sociedades anônimas de capital aberto).

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, do tipo levantamento de dados, de natureza quantitativa. De acordo com Martins (1994, p. 28), a pesquisa descritiva “[...] tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos.”

A população refere-se aos sujeitos que se constituem em objetos de estudo. O universo definido para este estudo são 301 empresas, Sociedades Anônimas, de capital fechado, que publicaram as Demonstrações Financeiras em 2008, ano-base do exercício de 2007. A amostra extraída da população configura-se como não probabilística ou intencional.

Do montante das empresas que compõem a amostra, em virtude das particularidades de suas características e atendendo ao critério previamente estabelecido, foram selecionadas 55 empresas que publicaram as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório da administração, notas explicativas e parecer de

auditoria, definiu-se como critério a obrigatoriedade da presença do parecer de auditoria em razão da credibilidade, pois representa uma fonte adicional de disclosure, conforme mencionado por Iudícibus (2004).

A primeira etapa de desenvolvimento do estudo apresenta-se como teórico-empírico; procuraram-se conhecer as orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis aplicadas às Sociedades Anônimas brasileiras.

Na coleta de dados foram utilizadas as demonstrações financeiras apresentadas pelas Sociedades Anônimas de capital fechado, do estado de Santa Catarina, publicadas no Diário Oficial do Estado, nos meses de fevereiro a maio de 2008. Os procedimentos da pesquisa documental foram utilizados no processo de coleta de dados. Utilizou-se o formulário como instrumento de coleta das informações necessárias para atingir o propósito da pesquisa. Para Gil (1996, p. 90), o formulário “[...] pode ser definido como uma técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.” Os documentos utilizados foram as demonstrações financeiras (DF), relatório da administração (RA) e notas explicativas (NE). Nesse processo de coleta dos dados, utilizou-se a seguinte categoria, conforme Quadro 1.

Categorias	Posição	Significado
DCO	Demonstrações contábeis obrigatórias	As demonstrações atendem à Lei 6.404/76 – BP, DRE, DLPA/DMPL/DOAR
DCNO	Demonstrações contábeis não obrigatórias	DFC, DVA e Balanço social

Quadro 1: Demonstração das categorias de dados utilizadas na pesquisa

As demonstrações contábeis obrigatórias e não obrigatórias foram selecionadas a partir da obrigatoriedade da sua publicação, de acordo com a Lei 6.404/76. Entre as demonstrações obrigatórias, estão o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucro ou Prejuízos Acumulados ou a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos em vigor até dezembro de 2007. Entre as não obrigatórias perante essa Lei estão a Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social.

Para dimensionar a análise quantitativa, atribuíram-se pesos associados, aleatórios, a fim de dimensionar uma pontuação a cada empresa estudada. Dessa forma, foram atribuídos cinco pontos para as Demonstrações Contábeis Obrigatórias (DCO) e cinco para cada uma das Demonstrações Contábeis Não Obrigatórias (DCNO); cada empresa poderia obter um mínimo de cinco pontos e máximo de 20 pontos.

As informações relacionadas ao Parecer de Orientação 15/87 da CVM, objeto de investigação, foram:

- a) descrição dos negócios, produtos e serviços;
- b) comentários sobre a conjuntura econômica geral;
- c) recursos humanos;
- d) investimentos;
- e) pesquisa e desenvolvimento;
- f) novos produtos e serviços;
- g) proteção ao meio ambiente;
- h) reformulações administrativas;
- i) investimentos em controladas e coligadas;
- j) direitos dos acionistas e dados de mercado;
- k) perspectivas e planos para o exercício em curso e exercícios futuros.

O PO 15/87 na íntegra pode ser acessado no sítio: <www.cvm.gov.br>. O objetivo de trabalhar com o Relatório da Administração e as Notas explicativas deve-se ao fato de que a maioria das informações é evidenciada em um dos relatórios, não havendo distinção de informação, em alguns casos. Os itens selecionados no P.O.15/87 somam um total de 11. Para melhor entendimento, foram classificados e ordenados de acordo com as categorias demonstradas no Quadro 2.

Categorias	Posição	Significado
IC	Informação completa	A informação prevista encontra-se presente e completa no relatório da Administração ou nas notas explicativas.
II	Informação incompleta	A informação prevista encontra-se incompleta no relatório da Administração ou nas notas explicativas.
IA	Informação ausente	A informação prevista não se encontra no relatório da Administração ou nas notas explicativas.

Quadro 2: Categorias das informações analisadas e seu significado

Fonte: adaptado de Beuren, Boff e Hein (2008, p. 7).

Após a coleta dos dados, criou-se a hierarquia de valores às categorias do Quadro 2. O objetivo de hierarquizar deve-se ao fato de atribuir valores em maior ou menor importância aos itens pesquisados. Neste estudo, foram utilizados os seguintes pesos associados às informações publicadas: 5 para Informação Completa (IC), 3 para Informação Incompleta (II) e 1 para Informação Ausente (IA).

Ao final da análise, cada empresa poderia somar no mínimo 11 pontos e no máximo 55 pontos entre as três categorias. Multiplicando-se essas quantidades de pontos pelos seus valores hierárquicos totalizou-se o geral de pontos para cada empresa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em atendimento ao propósito deste estudo, caracterizam-se as empresas pesquisadas, destacando-se localização, ano de fundação, segmento de atuação e faturamento anual. Em seguida, apresentam-se as informações publicadas pelas empresas e que obedecem ao Parecer de orientação da CVM 15/87.

4.1 CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS PESQUISADAS

Participaram da pesquisa 55 companhias fechadas constituídas sob a forma de Sociedade Anônima, que publicaram as demonstrações financeiras e complementares no Diário Oficial de Santa Catarina entre fevereiro e maio de 2008. Quanto à localização, verifica-se a concentração no litoral de Santa Catarina com 21 empresas, equivalente a 38,2%. A segunda região com mais representatividade é a região do Meio-Oeste, com 9 empresas ou 16,4%. As demais companhias estão localizadas nas regiões do Vale do Itajaí (8), Nordeste (7), Oeste (4), Sul (3), Planalto Norte (2) e Planalto Serrano (1).

Outra característica das empresas pesquisadas é que 35% foram constituídas a partir de 1990. A mais antiga (1) é de 1936, e as mais novas (4) são de 2005. Em relação ao segmento de atuação, observaram-se 10 segmentos distintos. Entre os segmentos, constam: indústria de transformação com 27,27% e Eletricidade com 21,82%. Outras atividades e serviços, com 18,18%. Os demais segmentos apresentam concentração menor de empresas: indústrias extrativas e produção florestal (9,09%), atividades administrativas (7,27%), arte, cultura e entretenimento (5,45%), companhias de transportes (3,64%), armazenagem (3,64%), gás (1,82%) e atividades imobiliárias (1,82%).

Quanto ao faturamento, as companhias apresentam variações acentuadas. Das 55 companhias pesquisadas, nota-se que a maioria, ou seja, 19 empresas tiveram faturamento anual de até dez milhões de reais, 13 empresas faturam acima de dez até cinquenta milhões de reais. Quinze faturaram acima de cinquenta milhões a trezentos milhões. Observou-se, ainda, que 8 empresas apresentaram faturamento superior a trezentos milhões de reais.

4.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OBRIGATÓRIAS E NÃO OBRIGATÓRIAS

O referencial teórico que subsidiou e contribuiu para a análise das demonstrações financeiras pelas empresas pesquisadas, no correspondente às informações complementares, de natureza obrigatória e não obrigatória, compreendeu:

- a) o conteúdo abordado no Parecer de orientação da CVM n. 15/87, acerca do relatório da Administração e das Notas Explicativas;
- b) orientações da Lei 6.404/76 no que diz respeito à obrigatoriedade de informações específicas no Relatório da administração;
- c) Lei 11.638/07, com destaque para o artigo 177, inciso II, § 6º "As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedida pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas." (BRAGA; ALMEIDA, 2008, p. 246).

Na Tabela 1 apresenta-se a pontuação obtida pelas empresas em relação às demonstrações financeiras obrigatórias e não obrigatórias.

Tabela 1: Empresas pesquisadas e pontuação obtida

Nº EMPRESAS	DCO	DCNO	=	Nº EMPRESAS	DCO	DCNO	=
1 ECTE EMP. CAT. DE TRANS. DE ENER.	5	15	20	28 COM. E IND. SCHADECK S.A.	5	0	5
2 KUALA S.A.	5	0	5	29 ADAMI S.A. MADEIRAS	5	0	5
3 ARTEMIS TRANS. DE ENERGIA S.A.	5	15	20	30 HACASA ADM. DE EMP. IMOB. S.A.	5	0	5
4 EMP. DE TRANS. ALTO URUGUAI S.A.	5	15	20	31 COTISA- COMP. O. DE INT. S.A.	5	0	5
5 BAIA SUL DAY HOSPITAL S.A.	5	0	5	32 C.S PARTICIPAÇÕES E EMP. S.A.	5	0	5
6 ZEN S.A. INDÚSTRIA METALURGICA	5	0	5	33 H. CARLOS SCHNEIDER S.A.	5	0	5
7 TUPER S.A.	5	0	5	34 CIA IND. H. CARLOS SCHNEIDER	5	0	5
8 DVA VEÍCULOS S.A.	5	0	5	35 COMP. DE U. E D. DE JOINVILLE	5	0	5
9 SC GÁS – COMP. DE GÁS DE SC	5	0	5	36 COLORMINAS COLOR. DE MIN.	5	5	10
10 COMFIO COMP. CAT. DE FIAÇÃO	5	0	5	37 INTELBRÁS- IND. DE ELET.	5	0	5
11 SC ENER. EMP. DE TRANS. DE SC	5	15	20	38 VEGA DO SUL S.A.	5	10	15
12 EMP. DE ENER. DO RG S.A. – RS ENER.	5	15	20	39 CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.	5	0	5
13 STC- SIS. DE TRANS. CAT. S.A.	5	15	20	40 ELIANE S.A. REVES. CERAMICOS	5	0	5
14 COMP. ENER. SÃO SALVADOR – CESS	5	0	5	41 FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.	5	0	5
15 LUDESA ENERGÉTICA S.A.	5	0	5	42 CANGURU S.A.	5	0	5
16 SNB PARTICIPAÇÕES S.A.	5	0	5	43 PERVILLE CONST. E EMP. S.A.	5	0	5
17 MULTILOG S.A.	5	0	5	44 FLORESTAL S.A.	5	0	5
18 NEUMARKT AND FIN. CENTER S.A.	5	0	5	45 FONTHE S.A. IND. E C. DE CONF.	5	0	5
19 SILMAQ S.A.	5	5	10	46 DASS S.A .	5	0	5
20 HOPLON INFOTAINMENT S.A.	5	0	5	47 SC PARCERIAS S.A.	5	0	5
21 HOTEL P. CAL. DA IMPERATRIZ S.A.	5	0	5	48 REUNIDAS T. ROD. DE CARG.	5	0	5
22 HEIDRICH S.A. CART. RECICLADOS	5	0	5	49 TECONVI S.A.	5	0	5
23 COMP. OLSEN DE TRAT. AGRO IND.	5	0	5	50 REUNIDAS TRANS. COLETIVOS	5	0	5
24 ELETROSUL – CENTRAIS ELET. S.A.	5	15	20	51 FOSFOROS GABOARDI	5	0	5
25 PORTONAVE S.A. – PORT. DE NAVEG.	5	0	5	52 MIRAI PARTICIPAÇÕES S.A.	5	0	5
26 LIMITRANS – COMP. T. DE ENER. ELÉT.	5	15	20	53 LPDS PART. E SUAS CONT.	5	0	5
27 BROCHMANN POLIS – IND. E F. S.A.	5	0	5	54 CDMA PART. S.A. E SUAS CONT.	5	0	5
				55 LINHA AZUL AUTO ESTRADA S.A.	5	0	5

Fonte: Santa Catarina (2008).

No que diz respeito às Demonstrações Financeiras, constatou-se que todas as empresas pesquisadas realizaram a publicação do B.P, DRE, DMPL e DOAR. Nas D.F. consideradas neste estudo como não obrigatórias.

rias, constatou-se que 10 empresas ou 18,18% realizaram a publicação da DFC, 16,36% publicaram a DVA e o Balanço Social.

Nota-se que todas as empresas realizaram a publicação das D.F. obrigatórias, recebendo assim cinco pontos. Em relação às D.F. não obrigatórias, observa-se que oito empresas ou 14,55% publicaram as três demonstrações financeiras em análise, obtendo a nota 15, apenas a empresa Veja do Sul S.A recebeu 10 pontos. Constatou-se que duas empresas realizaram a publicação de apenas uma demonstração não obrigatória e obtiveram a nota cinco; a maior parte das empresas em análise (44 ou 80%) não realizou a publicação de nenhuma demonstração adicional, ficando assim sem pontuação. Ressalta-se que a maior parte das empresas ou publicou as três demonstrações consideradas não obrigatórias (15,55%) ou não publicou nenhuma (80%).

4.3 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES ANTE AS RECOMENDAÇÕES DO P.O.15/87

Na análise do RA. e das NE., buscou-se investigar as informações adicionais do P.O.15/87. Na Tabela 2, apresenta-se o comportamento das empresas pesquisadas quanto à divulgação.

Tabela 2: Sociedades Anônimas pesquisadas e informações divulgadas de acordo com o Parecer de Orientação 15/87 CVM

Alínea	Informação	Número de empresas	(%)
a)	Descrição dos negócios, produtos e serviços, histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social	22	40
b)	Comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia	6	10,9
c)	Recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e nos dois últimos anos; segmentação da mão de obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto, investimentos em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais	5	9,1
d)	Investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens de recursos alocados	9	16,4
e)	Pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	4	7,3
f)	Novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	1	1,8
g)	Proteção ao meio ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	10	18,2
h)	Reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	4	7,3
i)	Investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	5	9,1
j)	Direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e agrupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsa de valores	1	1,8
k)	Perspectivas e planos para o exercício em curso e exercícios futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados; essa informação não se confunde com projeções por não ser quantificada	7	12,7

Para fins de análise da evidenciação, sintetizou-se em quatro classes, conforme Tabela 3:

Tabela 3: Percentual de classificação para análise das evidenciações

Percentuais em relação	Alíneas
de 1 a 25	B, C, D, E, F, G, H, I, J, K
de 26 a 50	A
de 51 a 75	Nenhum
de 76 a 100	Nenhum

As alíneas que apresentaram maior frequência de evidenciação foram: A, com 22 empresas ou 40%; esse item diz respeito à descrição dos negócios, produtos e serviços. Os demais itens em análise encontram-se na faixa entre 1% e 25% das empresas; destaca-se a alínea que fala sobre a proteção ao meio ambiente (G), com 10 empresas ou 18,2%, e D, apresentado por 16,40% das empresas, descrevendo os investimentos realizados pelas companhias.

Sobre as alíneas relacionadas aos direitos dos acionistas, constatou-se que apenas uma empresa divulgou; nesse item consta a política de reinvestimentos de lucros e distribuições de dividendos e é exigido expressamente pela Lei 6.404/76, artigo 118, § 5º. Do mesmo modo, apenas uma empresa evidenciou informações acerca de novos produtos e serviços.

Na Tabela 4, demonstra-se a quantidade de informações e a pontuação obtida pelas empresas em relação às informações do P.O.15/87, observadas no Relatório da Administração e Notas explicativas.

Tabela 4: Empresas pesquisadas e pontuação obtida nas evidenciações

Nº	EMPRESAS	IC	II	IA	NOTA PARCIAL	Nº	EMPRESAS	IC	II	IA	NOTA PARCIAL
1	ECTE EMP. CAT. TRANS. ENER.	1	2	8	19	28	COM. E IND. SCHADECK S.A.	3	8		17
2	KUALA S.A.	2	2	7	23	29	ADAMI S.A. MADEIRAS	1	2	8	19
3	ARTEMIS TRANS. DE ENER. S.A.	2	2	7	23	30	HACASA ADM. DE EMP. IMOB. S.A.	4	7		19
4	EMP. TRANS. ALTO URUGUAI S.A.	2	4	5	27	31	COTISA- COMP. O. DE INT. S.A.	2	9		15
5	BAIA SUL DAY HOSPITAL S.A.	2	9		15	32	C.S PARTICIPAÇÕES E EMP. S.A.	1	4	6	23
6	ZEN S.A. IND. METALURGICA	1	10		13	33	H. CARLOS SCHNEIDER S.A.	4	7		19
7	TUPER S.A.	1	2	8	19	34	CIA IND. H. CARLOS SCHNEIDER	2	5	4	29
8	DVA VEÍCULOS S.A.	4	7		19	35	COMP. DE U. E D. DE JOINVILLE	2	9		15
9	SC GÁS - COMP. DE GÁS DE SC	5	2	4	35	36	COLORMINAS COLOR. MIN. S.A.	3	8		17
10	COMFIO COMP. CAT. DE FIAÇÃO	4	7		19	37	INTELBRÁS- IND. DE ELET. BRAS.	3	3	5	29
11	SC ENER. EMP. TRANS. SC S.A.	1	3	7	21	38	VEGA DO SUL S.A.	1	2	8	19
12	EMP. DE ENER. DO RG S.A. – RS	3	8		17	39	CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.	2	3	6	25
13	STC- SIS. DE TRANS. CAT. S.A.	3	8		17	40	ELIANE S.A. REVES. CERAMICOS	2	4	5	27
14	COMP. ENER. S.S. – CESS	1	7	3	29	41	FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.	3	2	6	27
15	LUDESA ENERGÉTICA S.A.	3	8		17	42	CANGURU S.A. IND. E C. PLAST.	6	1	4	37
16	SNB PARTICIPAÇÕES S.A.	3	1	7	25	43	PERVILLE CONST. E EMP. S.A.	4	7		19
17	MULTILOG S.A.	5	6		21	44	FLORESTAL S.A.	1	1	9	17
18	NEUMARKT FIN. CENTER S.A.	2	1	8	21	45	FONTHE S.A. IND. E C. DE CONF.	2	2	7	23
19	SILMAQ S.A.	2	3	6	25	46	DASS S.A. ADM. E PART.	2	4	5	27
20	HOPLOM INFOTAINMENT S.A.	5	6		21	47	SC PARCERIAS S.A.	5	6		21
21	HOTEL CAL. DA IMPERATRIZ S.A.	1	7	3	29	48	REUNIDAS T. ROD. CARG. S.A.	4	7		19
22	HEIDRICH S.A. RECICLADOS	2	9		15	49	TECONVI S.A. TER. DE DO ITAJAÍ	1	2	8	19
23	COMP. OLSEN TRAT. AGRO IND.	3	8		17	50	REUNIDAS S.A. TRANS. COLET.	3	4	4	31
24	ELETROSUL- CENT. ELET. S.A.	10	0	1	51	51	S.A. FÓSFOROS GABOARDI	1	3	7	21
25	PORTONAVE S.A. - PORT. NAVEG.	1	4	6	23	52	MIRAI PARTICIPAÇÕES S.A.	2	2	7	23
26	LIMITRANS- COMP. ENER. ELÉT.	3	8		17	53	LPDS PART. E SUAS CONT.	8	3		27
27	BROCHMANN POLIS- IND. S.A.	2	9		15	54	CDMA PART. S.A. E SUAS CONT.	8	3		27
						55	LINHA AZUL AUTO ESTRADA S.A.	3	8		17

Para calcular a nota parcial, multiplicou-se a quantidade de informações de cada categoria pelo seu valor hierárquico. Na empresa número 1, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE), ob-

servou-se que esta possuía apenas uma Informação Completa, duas Informações Incompletas e oito Informações Ausentes. Multiplicando-se as quantidades pelos seus pesos, apresenta-se a nota parcial de pontos: $\{(1 \times 5 = 5) + (2 \times 3 = 6) + (8 \times 1 = 8) = 19\}$, modelo sugerido para cômputo das notas sugerido por Beuren, Boff e Hein (2008).

Conforme exposto na Tabela 4, poucas empresas obtiveram pontuação superior a 30 pontos, o que é pouco robusto, considerando a nota máxima de 55. Destacam-se as empresas Eletrosul, com 51 pontos; Canguru S.A.; com 37 pontos; SC Gás, com 35. Entre as empresas com nota inferior a 30 pontos, observa-se o Hotel Plaza Caldas da Imperatriz, Intelbrás e H. Carlos Schneider, com 29 pontos cada. Nas demais empresas, observa-se um número elevado de informações ausentes e baixa ocorrência de informações completas. As duas ocorrem de forma inversamente proporcional, quanto mais demonstram informações ausentes, menos evidenciam Informações Completas; a companhia Zen S.A. Indústria Metalúrgica foi a que menos pontuou, com apenas uma Informação Incompleta e 10 Informações Ausentes, atingindo 13 pontos.

Destaca-se que no item A, análise que trata sobre a descrição dos negócios, produtos e serviços, histórico das vendas físicas e vendas em moeda, todas as empresas realizaram evidenciação, 21,82% de maneira incompleta e 78,18% com Informações Completas. Ressalta-se ainda que os itens F e H, que correspondem, respectivamente, a novos produtos e serviços e reformulações administrativas e apresentam alto índice de Informações Ausentes, podem ter apresentado esse comportamento em virtude de não ter ocorrido o evento relacionado a esses itens.

A Tabela 5 apresenta a nota total obtida pelas empresas em estudo, oriunda da soma da pontuação nas demonstrações financeiras obrigatórias e não obrigatórias (Tabela 1) e evidenciação conforme o P.O 15/87 (Tabela 4).

Tabela 5: Sociedades Anônimas de Capital Fechado de Santa Catarina, nota total obtida

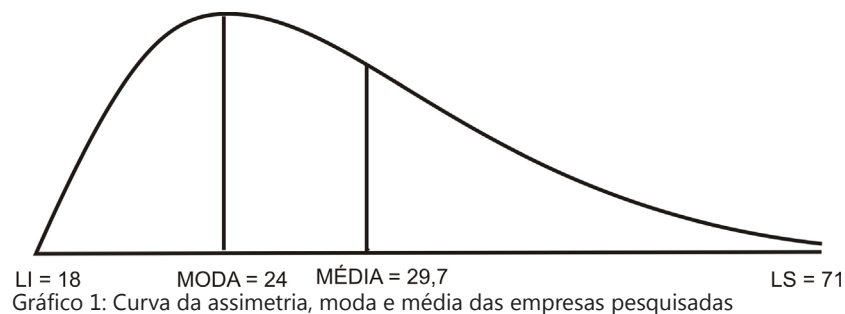
(continua)

Nº	EMPRESAS	NOTA			=	Nº	EMPRESAS	NOTA		
		1	2					1	2	=
1	ECTE EMP. CAT. TRANS. ENER.	20	19	39	28	COM. E IND. SCHADECK S.A.	5	17	22	
2	KUALA S.A.	5	23	28	29	ADAMI S.A. MADEIRAS	5	19	24	
3	ARTEMIS TRANS. DE ENER. S.A.	20	23	43	30	HACASA ADM. DE EMP. IMOB. S.A.	5	19	24	
4	EMP. TRANS. ALTO URUGUAI S.A.	20	27	47	31	COTISA- COMP. O. DE INT. S.A.	5	15	20	
5	BAIA SUL DAY HOSPITAL S.A..	5	15	20	32	C.S PARTICIPAÇÕES E EMP. S.A.	5	23	28	
6	ZEN S.A. IND. METALURGICA	5	13	18	33	H. CARLOS SCHNEIDER S.A.	5	19	24	
7	TUPER S.A.	5	19	24	34	CIA IND. H. CARLOS SCHNEIDER	5	29	34	
8	DVA VEÍCULOS S.A.	5	19	24	35	COMP. DE U. E D. DE JOINVILLE	5	15	20	
9	SC GÁS - COMP. DE GÁS DE SC	5	35	40	36	COLORMINAS COLOR. MIN. S.A.	10	17	27	
10	COMFIO COMP. CAT. DE FIAÇÃO	5	19	24	37	INTELBRÁS- IND. DE ELET. BRAS.	5	29	34	
11	SC ENER. EMP. TRANS. SC S.A.	20	21	41	38	VEGA DO SUL S.A.	15	19	34	
12	EMP. DE ENER. DO RG S.A. –RS	20	17	37	39	CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.	5	25	30	
13	STC- SIS. DE TRANS. CAT. S.A.	20	17	37	40	ELIANE S.A. REVES. CERAMICOS	5	27	32	
14	COMP. ENER. S.S. – CESS	5	29	34	41	FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.	5	27	32	
15	LUDESA ENERGÉTICA S.A.	5	17	22	42	CANGURU S.A. IND. E C. PLAST.	5	37	42	
16	SNB PARTICIPAÇÕES S.A.	5	25	30	43	PERVILLE CONST. E EMP. S.A.	5	19	24	
17	MULTILOG S.A.	5	21	26	44	FLORESTAL S.A.	5	17	22	
18	NEUMARKT FIN. CENTER S.A.	5	21	26	45	FONTHE S.A. IND. E C. DE CONF.	5	23	28	
19	SILMAQ S.A.	10	25	35	46	DASS S.A. ADM. E PART.	5	27	32	
20	HOPLON INFOTAINMENT S.A.	5	21	26	47	SC PARCERIAS S.A.	5	21	26	
21	HOTEL CAL. DA IMPERATRIZ S.A.	5	29	34	48	REUNIDAS T. ROD. CARG. S.A.	5	19	24	
22	HEIDRICH S.A. RECICLADOS	5	15	20	49	TECONVI S.A. TER. DE DO ITAJAÍ	5	19	24	
23	COMP. OLSEN TRAT. AGRO IND.	5	17	22	50	REUNIDAS S.A. TRANS. COLET.	5	31	36	
24	ELETROSUL- CENT. ELET. S.A.	20	51	71	51	S.A. FÓSFOROS GABOARDI	5	21	26	

Tabela 5: Sociedades Anônimas de Capital Fechado de Santa Catarina, nota total obtida (conclusão)

Nº	EMPRESAS	NOTA			=	Nº	EMPRESAS	NOTA		
		1	2					1	2	=
25	PORTONAVE S.A. - PORT. NAVEG.	5	23	28	52	MIRAI PARTICIPAÇÕES S.A.	5	23	28	
26	LIMITRANS- COMP. ENER. ELÉT.	20	17	37	53	LPDS PART. E SUAS CONT.	5	27	32	
27	BROCHMANN POLIS- IND. S.A.	5	15	20	54	CDMA PART. S.A. E SUAS CONT.	5	27	32	
					55	LINHA AZUL AUTO ESTRADA S.A.	5	17	22	

No Gráfico 1, demonstra-se a curva da assimetria, moda e média das empresas pesquisadas.



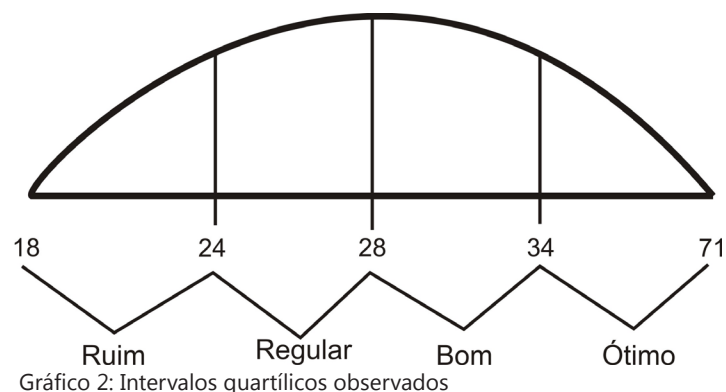
O desvio-padrão que representa a média aritmética dos desvios em relação à média da pontuação analisada é de 8,91 pontos, isoladamente não possui representatividade, porém se comparada ao parâmetro da média aritmética informa que a variação média do estudo é de 30%; inicia em 20% e atinge no máximo 50%. Em relação à assimetria do estudo, percebe-se que ela é positiva ou a direita moderada, consideram-se os resultados da média aritmética como sendo um resultado significativo para as análises do estudo apresentado.

Em relação à Tabela 5, verifica-se que não há uniformidade na nota total obtida pelas companhias analisadas. A menor pontuação alcançada foi de 18 (5 + 13) pela empresa Zen S.A. e a melhor pontuação foi da Eletrosul, com 71 (20+51). Das 55 empresas participantes, 1,82% obteve nota inferior a 20 pontos, 58,18% obtiveram nota de 20 a 30 pontos, 32,73% receberam pontuação 30 e 40 e 7,27% obtiveram mais de 40 pontos.

De acordo com o somatório de pontuação atribuído a cada empresa, analisou-se a pontuação por meio da técnica estatística Análise de quartis. Os quartis são divididos em quatro partes representando 25% cada parte, partindo do limite inferior até o primeiro quartil 25%, até o segundo quartil 50%, terceiro quartil 75% e o limite superior de 100%. Neste estudo, o limite inferior é 18 e o limite superior é 71, ou seja, são as notas mínimas e máximas respectivamente obtidas pelas empresas analisadas.

$$\text{Limite Inferior} = 18 \quad \text{PQ1} = \frac{(55+1)}{4} = 14 \quad \text{PQ2} = \frac{((55+1)*2)}{4} = 28 \quad \text{PQ3} = \frac{((55+1)*3)}{4} = 42 \quad \text{Limite Superior} = 71$$

No Gráfico 2, demonstram-se os intervalos quartílicos observados nas empresas pesquisadas.



A Tabela 6 apresenta os intervalos quartílicos, a classificação quanto à observação das informações e o número de empresas em cada intervalo.

Tabela 6: Intervalos quartílicos e classificação

INTERVALOS QUARTÍLICOS	NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO	Nº DE EMPRESAS
De 18 A 24	RUIM	20
De 25 A 28	REGULAR	11
De 29 A 34	BOM	12
De 35 A 71	ÓTIMO	12
TOTAL		55

No estudo dos quartis, nota-se que a amplitude total é de 53 pontos, ou seja, a diferença entre a maior e a menor nota. Verifica-se que no primeiro quartil há maior concentração de empresas, ou seja, a maioria das empresas (36,36%) catarinenses classifica-se como ruim no que se refere ao seu nível de evidenciação. Destaca-se que a maioria das empresas concentradas nesse quartil atua no segmento de indústria de transformação. Em relação à localização no estado, destaca-se a região litorânea com cinco empresas e, também, a empresa Ludeza Energética S.A., que está localizada na região Oeste.

No segundo quartil, que representa o grau regular, ocorre a menor amplitude interquartílica e há maior concentração de empresas e menor grau de heterogeneidade, ou seja, os resultados apresentados são mais parecidos, confirmados também pela moda. Nele, estão situadas 11 empresas, inclusive uma da região Oeste catarinense. O terceiro quartil indicou que 21,82% apresentam um bom nível de evidenciação. Notou-se que as 12 sociedades pertencentes atuam em diferentes segmentos: atividades administrativas e eletricidade com quatro empresas cada, além dos setores de indústria de transformação com três empresas e outras atividades com uma empresa.

A menor amplitude interquartílica está indicada no quarto quartil. Isso significa menor concentração e maior grau de heterogeneidade. As notas apresentadas são maiores, porém a diferença entre os graus das empresas também é maior. No grau ótimo estão 12 empresas. O setor que concentrou o maior número de empresas foi o de eletricidade (8), indústria de transformação (2), transportes (1) e outras atividades (1). Em relação à localização, a região litorânea é a que possui maior representatividade, com seis empresas. Esse grupo de companhias demonstra, entre as pesquisadas, um melhor nível de transparência em relação aos itens pesquisados.

Percebe-se que entre as empresas pesquisadas há necessidade de evoluir no sentido de transparência e divulgação de informações contábeis. No entanto, a amostra estava representada por companhias de sociedades anônimas de capital fechado e que não possuem a obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado e 17% dessas empresas o fazem. Os resultados despertam para novas pesquisas, com o intuito de investigar os motivos para as diferenças encontradas na análise estatística entre tipos de empresas.

5 CONCLUSÃO

O trabalho objetivou analisar o nível de evidenciação contábil das informações consideradas obrigatórias e não obrigatórias nas demonstrações financeiras e complementares, das Sociedades Anônimas de capital fechado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2007. Realizou-se uma pesquisa descritiva, do tipo levantamento, com abordagem quantitativa. Foram identificadas 301 empresas; destas, selecionou-se uma amostra intencional de 55, conforme critério estabelecido pela pesquisa.

Em relação às demonstrações financeiras obrigatórias e não obrigatórias publicadas pelas companhias em estudo, atribuíram-se pesos com a finalidade de gerar pontuação de maior ou menor valor para cada item pesquisado. Os resultados dessa pontuação demonstraram que todas as empresas pesquisadas divulgaram as Demonstrações Financeiras obrigatórias pela Lei 6.404/76. Quanto às demonstrações financeiras consideradas não obrigatórias, constatou-se que oito empresas realizaram a publicação simultânea do Balanço Social,

Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração do Fluxo de Caixa. Destaca-se que as empresas que obtiveram maior pontuação atuam no segmento de eletricidade e estão localizadas, principalmente, no litoral e na região Meio-Oeste do estado catarinense.

Verificou-se o nível de evidenciação das demonstrações financeiras obrigatórias e não obrigatórias apresentadas pelas empresas, tendo como parâmetro de observação o P.O.15/87 da CVM. Constatou-se que as Sociedades Anônimas de capital fechado não possuem um nível de evidenciação adequado, já que 20 empresas estão classificadas como ruins e 11 como regulares. Em relação aos itens do P.O 15/87, a pesquisa confirma os resultados apresentados por Ponte et al. (2007) que aponta os itens mais evidenciados por companhias abertas, como informações acerca de seus negócios, produtos e serviços, conjuntura econômica e negócios. Observa-se também o comprometimento com o meio ambiente, já que esse foi o segundo item mais evidenciado.

No que diz respeito à quantidade de informações e à pontuação obtida por cada empresa, verifica-se a predominância de informações ausentes, quando nenhuma empresa realizou a divulgação de todas as informações do P.O.15/87; no entanto, a Eletrosul – Centrais Elétricas apresentou apenas uma informação ausente. Posteriormente, na atribuição das notas totais, verifica-se a não uniformidade, a menor nota foi 18 e a máxima foi de 71 pontos.

Por meio da técnica estatística de análise de quartis, a pesquisa analisou o nível de evidenciação de cada empresa. Verifica-se que, das 55 empresas pesquisadas, 20 obtiveram grau de evidenciação ruim. Um fato comum entre esse grupo é que não publicaram nenhuma demonstração contábil não obrigatória. No quartil denominado regular concentram-se 11 empresas ou 20% do total. No nível bom de evidenciação, encontram-se 12 empresas e no nível ótimo, 12 empresas. Dessa forma, constatou-se predominância do nível ruim e regular superior ao nível bom e ótimo.

Desse modo, conclui-se que as empresas Sociedades Anônimas de capital fechado ainda têm muito a melhorar no que se refere à transparência e qualidade da divulgação das demonstrações financeiras. Contudo, a necessidade dos usuários e a atualização da legislação brasileira indicam que as informações contábeis obrigatórias e não obrigatórias tendem a evoluir e atender às boas práticas de evidenciação. Guardadas as devidas proporções, conclui-se, pela confirmação, em parte, do pressuposto exposto na introdução do estudo. Não obstante, os resultados despertam para novas pesquisas, com o intuito de investigar a evidenciação de informação contábil para outros grupos de interesse.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antonio Carlos de. **Evidenciação**. Cadernos de estudos n. 5, São Paulo: Fipecafi, 1992.

BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HEIN, N. Informações Recomendadas Pelo Parecer de Orientação N 15/87 da CVM nos Relatórios da Administração de Empresas Familiares de Capital Aberto. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.

BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. **Mudanças Contábeis na Lei Societária**. Lei 11.638 de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei das Sociedades por Ações n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 1976.

_____. Lei das Sociedades por Ações n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

BUSHMAN, S.; FINN, M.; HILLEGEIST, S. A. **Disclosure Quality and the probability of informed trade**. Working Paper, Emory University and Northwestern University, 2001.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de orientação da CVM n. 15, de 28 de dezembro de 1987**. Procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

_____. **Deliberação da CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 5 abr. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.121/2008**. Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIUNTINI, N. Disclosure: a evolução da Contabilidade para melhorar a qualidade das demonstrações financeiras aos seus usuários externos, principalmente os acionistas e investidores. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2., São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. da USP, 2002. Disponível em: <www.eac.fea.usp.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTIN, N. C. **Dos fundamentos da informação contábil e de controle**. 1987. Tese (Doutorado em Contabilidade e Atuária)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1994.

PONTE, V. M. R. et al. Análise das Práticas de Evidenciação das Informações Obrigatórias e Não obrigatórias e Avançadas nas Demonstrações Contábeis das sociedades anônimas no Brasil. Um Estudo Comparativo dos Exercícios de 2002 a 2005. 2007. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo: Ed. da USP, v. 18, n. 45, p. 50-62, set./dez. 2007.

SANTA CATARINA (Estado). Demonstrações Financeiras. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 2008.